

UM JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E ÀS ARTES NO MARANHÃO IMPÉRIO

*A newspaper devoted to the industry and to the arts in the Maranhão empire*Cesar Augusto Castro¹

RESUMO

Este trabalho insere-se numa pesquisa mais ampla que objetiva mapear e analisar a imprensa periódica no Maranhão destinada a discutir a aprendizagem profissional. Com periodicidade semanal, *O Artista*, circulou de março de 1868 a julho de 1869 e destinava-se a debater o progresso das artes e a marcha regular da indústria, compreendendo o comércio e a lavoura, com especial interesse para aqueles leitores que não tinham grandes capitais e influências políticas e eleitorais. Esse jornal constitui-se na principal fonte para compreendermos o movimento da educação profissional maranhense no período imperial e a sua importância deve-se as críticas ao governo e as propostas sobre o ensino das artes e dos ofícios. Apesar de centrar-se na realidade da província, as reflexões dos redatores abrangem aspectos nacionais e internacionais, tendo como referência São Paulo, o Rio de Janeiro, a Europa e os Estados Unidos. A sua redação estava a cargo dos irmãos-engenheiros da família Vieira Ferreira e era distribuído na livraria de Ramos de Almeida por meio de venda avulsa ou assinatura. Por tratar de temas diversos, nos centramos somente nas matérias sobre educação, adotando os fundamentos da pesquisa e da análise documental.

Palavras-chave: Educação Profissional, Imprensa Periódica, Maranhão império.

ABSTRACT

This work is inserted in a broader research that has the objective to map and analyze the periodic press from Maranhão that discusses the professional learning. *O Artista*, with weekly periodicity, circulated from March, 1868 up to July, 1869 and aimed to debate the progress of the Arts and Industry, understanding the commerce and the farming, with special interest for those readers that did not have big capitals and electoral or political influences. That newspaper is the main source to understand the movement of professional education of Maranhão in the imperial period and its importance is related to the criticisms to the government and the proposals about the teaching of arts and professions. Its focus was on the reality of the province, but the reflections of writers include national and international issues, with reference to São Paulo, Rio de Janeiro, Europe and the United States. The newspaper was written by two brothers from the Vieira Ferreira family who were engineers and it was distributed at Ramos de Almeida bookstore through sale or subscription. By dealing with various issues, we focus only on issues about education, embracing the fundamentals of research and documentary analysis.

Key words: Professional Education, Periodic Press, Empire in Maranhão.

¹ Doutor e Pós-Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor Associado II dos Programas de Pós-graduação em Educação e de História da Universidade Federal do Maranhão. Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras - NEDHEL. Pesquisador do CNPq. E-mail: ccampin@terra.com.br

Intentamos neste trabalho oferecer uma visão a respeito dos discursos sobre a educação profissional que circularam em São Luís do Maranhão no período de 1868 e 1869; a fonte para essa reflexão é o jornal *O Artista* e as idéias do seu redator Miguel Viana Ferreira².

Nos oitocentos, o Maranhão estabeleceu-se como uma das províncias mais prósperas cultural e economicamente, contribuindo para a modernização de São Luís: calçamento nas ruas, iluminação pública, construções amplas e faustuosas, fundação do teatro São Luís. Dentre esses empreendimentos civilizatórios e de progresso, as tipografias ocupam espaços privilegiados. Algumas tinham capacidade para imprimir grandes tiragens de livros, jornais e revistas, como a de *Belarmino de Mattos e a de Frias*, referência de qualidade gráfica no Norte e Nordeste (HALLEWELL, 2005); outras eram de menor porte, mas de igual importância, pois publicavam e faziam circular em preto e branco o cotidiano da cidade, suas pessoas e instituições, como por exemplo as escolares.

Em se tratando de educação, a imprensa maranhense constitui-se um campo fértil de investigação ainda pouco explorado pelos pesquisadores locais. Ou seja, são fontes privilegiadas para mapearmos o movimento da educação no Estado, onde brotam

[...] ‘vozes’ que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais, tais como a academia ou o livro impresso. Basta ver, por exemplo, o papel extremamente activo desempenhado pelos professores do ensino primário na dinamização de jornais locais ou regionais, a importância crescente da imprensa de iniciativa dos estudantes (NÓVOA, 1999, p.17).

Todavia, é preciso entender que a imprensa periódica, enquanto veículo de comunicação, não é destituída de ideologias – políticas, culturais, sociais, religiosas e outras – dos seus redatores e colaboradores. No Maranhão, observamos uma tendência marcante das disputas pelo poder político, liderado pelos grupos oligárquicos, que fundam e usam os jornais para divulgarem seus interesses partidários e/ou rebaterem as dos seus opositores. Sendo assim, classificamos a imprensa periódica maranhenses em dois grupos. O primeiro destinava-se a discutir notícias de âmbito geral, inserindo a educação nesse contexto; esses jornais destinavam-se a uma parcela leitora geral, dentre os quais havia mulheres, negros, comerciantes e políticos (CASTELLANOS, 2007). O segundo grupo constitui-se em jornais que tratavam de assuntos específicos como a literatura, a religião e a educação - caracteriza-se por um ciclo de vida curto, sendo que alguns não ultrapassavam duas ou três edições, além de terem periodicidade irregular.

O periódico *O Artista*, objeto deste trabalho, pode ser classificado na categoria de “especializado”, por destinar-se a atender a uma clientela direcionada, a saber, os artífices

² Nasceu em São Luís do Maranhão, em 1837. Estudou no Liceu Maranhense, “formou-se em Engenharia Militar e doutorou-se em Ciências Físicas e Matemáticas na Corte. Por motivos de saúde, retornou à sua cidade natal em 1864, ali permanecendo até 1870. Nesse período, foi diretor da Casa de Fundação da Companhia de Navegação Fluvial do Maranhão, montou uma fábrica de tijolos, onde criou um estabelecimento para educandos industriais, e escreveu em alguns jornais. Colocava-se como alguém que vê além de seu tempo, debatendo sobre assuntos nos campos da economia, política, matemática, ética e moral, sendo um crítico aspérrimo dos governos imperial e provincial. Ao voltar para o Rio de Janeiro, integrou-se ao movimento republicano e converteu-se ao cristianismo reformado (FARIA, 2007, p.1).

maranhenses. Segundo esse jornal, artífices são todas as pessoas que trabalhavam no comércio, na lavoura e na indústria, com atividades específicas, a exemplo de carpinteiro, ferreiro, modista, marceneiro, dentre outras profissões manuais.

Segundo Almeida (2005), esse jornal foi criado e redigido pela família Vieira Ferreira. O tenente coronel Fernando Luiz Ferreira e seus filhos Luís, Joaquim e Manoel, sendo que este era o seu redator. Para o autor citado, sua circulação ocorreu em dois períodos distintos: o primeiro deu-se em 1862 e 1863, e o segundo em 1868 e 1869, sendo esta fase o foco deste trabalho. Ao tratarem da sua reedição os editores afirmam que:

[...] morrendo é que o Artista entendeu que poderá vigorar; morrendo ele, é que os artistas conheceram que o seu jornal era uma fonte de utilidades, morrendo é que o Artista pode fazer ver de que ordem criam suas idéias, de que dificuldade a sua satisfação e se reconhece ser ele forte alavanca do progresso (O ARTISTA, 1968, p.4).

O primeiro número, datado de 1 de março de 1868, apresenta o seu emblema, sua diagramação em dupla coluna e indicações para assinatura – “livraria dos Srs. A. P. Ramos de Almeida, rua da Palma n.3 e Magalhães & C. largo do Palácio n. 21, na typ. da Folha e na casa do redator Tenente Coronel Ferreira rua da Viração n.1” (O ARTISTA, 1968, p.1).

Segundo os redatores, o motivo que impulsionou a sua republicação era a crise na economia, na indústria, no comércio, na lavoura e nas artes. Por isso comparam o seu retorno “a luz do sol”, tendo o progresso da pátria como um dos seus principais objetivos. Para isso:

O Artista amplia o seu quadro e aumenta o seu pessoal. O antigo abstinha-se de entrar em questões políticas, só se ocupava das artes, não tinha partido, o atual não se encosta a partido algum [...] nem aos dominantes, nem aos decaídos [...]. O seu partido é a razão do bem-estar público, do progresso material, intelectual e moral” (O ARTISTA, 1988, p.2).



O emblema criado pelo seu redator, em xilogravura³, resume a sua proposta, tendo a tríade economia, política e valores (ALMEIDA, 2005, p.34) interligados pelos seguintes elos: de um lado, *Independência/Querer*, que incluía as artes-máquinas, comércio-navegação, agricultura-arado. Do outro, *Constituição/Saber*, que envolvia a religião-tolerância, liberdade-ordem e imprensa moralidade. Ligando esses dois elos, *poder e patriotismo*, e no seu centro o brasão do Imperador.

[...] a nossa sociedade estriba-se na Constituição e na Independência; a Constituição não pode ser mantida sem o saber, e não pode haver independência sem o querer. O querer forçosamente desenvolve as Artes, o comércio e a agricultura, sem o que não independência completa, como o estrangeiro nos está demonstrando a cada passo; mas é preciso que as artes, marchem auxiliadas pelas máquinas, como em toda a Europa, o comércio pela navegação, e a agricultura pelo arado. Não se dando tudo o que fica acima não há verdadeira independência. A Constituição de um país ou sua organização, consta da liberdade, da religião, e da imprensa, idéias geradas pelo saber, mas o saber quer a liberdade com ordem, a imprensa com moralidade, e a religião com tolerância. Todas essas idéias encadeadas trazem incontestavelmente o progresso, quando o patriotismo as abraça a todos; e que o poder por um forte elo aproxima a Constituição à Independência. O poder no Brasil é representado pelo nosso Imperador o Snr. D. Pedro 2. O pensamento é dos mais belos que temos visto e esperamos que o leitor inteligente e de bom gosto concorde inteiramente conosco. Esse emblema resume o nosso programa (O ARTISTA, N° 1, p.2)

Para o redator, Miguel Ferreira, a independência do Brasil estava em formar um país livre da importação de produtos estrangeiros. Para isso, o governo deveria investir na formação de mão-de-obra para a indústria, comércio e lavoura. A educação seria o caminho privilegiado para o alcance desse objetivo, pois, pela educação rigorosa da sua profissão, os artífices poderiam alcançar a emancipação, já que a clareza das ideias os levariam a entender a origem e os fatos do abandono que se encontravam. Isso exigia do governo “sacudir o jogo férreo que não nos deixa raciocinar e educar melhor a classe dos artistas” (O ARTISTA, 1868, p.3).

Para Miguel Ferreira esse seria o maior objetivo do jornal e acreditava que, por meio de esclarecimentos a essa classe, o número de leitores aumentaria e garantiria a sua manutenção. Isso porque todos teriam interesse em conhecer o progresso técnico da sua profissão, as mudanças no mercado e o melhor momento de disponibilizar seus produtos. Ele acreditava que as transformações nas artes somente iriam ocorrer quando todos compreendessem a inter-relação entre todos os seus segmentos: o comércio, a navegação, a lavoura e a indústria.

Se um desses segmentos alcançasse maior nível de desenvolvimento levaria o desequilíbrio a toda a cadeia produtiva, dando oportunidade a um grupo de artífices a migrarem para outras profissões. Essa observação de Miguel Ferreira dava-se pela proposta de criação pelo governo provincial de um banco comercial para atender aos interesses

³ Na edição de 2 de agosto de 1868 o publico leitor e assinantes são informados que até então o emblema aberto em chapa de madeira produzido no Rio de Janeiro passaria a ser de metal de tipos, feito por Satyro Antonio de Faria, tipógrafo maranhense. Informa, ainda que, ampliou a sua tiragem para 1600 (mil e seiscientos) exemplares.

desse grupo. Julgava ser um “ [...] egoísmo criar um banco somente para atender ao comércio e não a lavoura”. No seu lugar advogava a preferência a um banco rural e a diminuição dos impostos sobre produtos.

Essa seria uma das alternativas para tirar a classe dos artistas da obscuridade, abatimento e desânimo. Outra era o estabelecimento de políticas pelo governo central para atender a essa parcela de profissionais de relevância para o progresso da nação. Para isso, sugere a mudança na denominação e de atribuições do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para Ministério da Agricultura, Comércio e Artes. Somente assim, segundo ele, as atividades dos artistas não seriam incidentais e provocariam o seu progresso, pois agregaria todos os elos defendidos no emblema do jornal. Oportunizaria, assim, a melhoria da “situação financeira da província e de todo o país” que julgava péssima e cuja alteração deveria ocorrer quando todos os interessados reivindicassem seus direitos e cumprissem os seus deveres. Miguel Ferreira recomenda, portanto, “discutir, debater, repelir as idéias alheias, substituir as vozes, se melhores, mas pensai em voz alta, pensai em comum, examine como os outros pensam, refleti e assentai no que for prudente, no que se procurar que é mais exato, no que for mais justo e aconselhado pela razão, não abdiqueis aos vossos direitos” (O ARTISTA, 1869, p.2).

Essas idéias também marcam a atuação político-social e religiosa do Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas Manuel Viana Ferreira. Para Faria (2007, p.6):

[...] o plano de reforma social que defende reflete seus valores morais e se ampara em vasta erudição, que em muito ultrapassa os conhecimentos específicos da formação técnica. Suas referências vão da Bíblia e do Alcorão a filósofos gregos, iluministas, positivistas, teólogos medievais, mas são os teóricos da Economia Política os mais freqüentemente citados em seus escritos. Porém, o tempo todo o Dr. Miguel se apresenta como um técnico, contrapondo-se a literatos. Constrói explicações e desenvolve raciocínios com base em conhecimentos matemáticos e físicos. Explica, por exemplo, a questão da ociosidade usando categorias da física. E, o que é mais significativo, tece contundentes críticas a dois importantes grupos que tinham projeção na vida política: os bacharéis em Direito e os funcionários públicos.

A ação religiosa de Manuel Ferreira perpassa todas as reflexões que tece sobre o Estado, suas instituições e o trabalho. Para ele, um trabalho capaz de proporcionar o desenvolvimento da Província do Maranhão, deveria ser menos contemplativo e mais pragmático (ALMEIDA, 2005, p.39) e defende a idéia de um Estado capaz de propiciar a justiça e a igualdade das condições sociais e educacionais (FARIA, 2007). Para Dr. Miguel⁴:

[...] a glória está no futuro, lutai no presente que podereis alcançá-la pelos vossos esforços, aplanai o terreno e outros lhe darão arado, se for por infelicidade não poderdes arar vós mesmos. Fazei até onde vós permitirem as vossas forças e outros contemplarão o vosso trabalho, mas se eles colhem mais frutos materiais, lembrai-vos que a vós pertence a gloria imorredoura, mereceis uma honrosa menção nas páginas de nossa história (O ARTISTA, 1868,4)

⁴ Segundo Faria (2007) assim era o modo como ele era referido em vida e até hoje pelos seus seguidores.

Para ele, mudanças nas formas de trabalho e na dependência de ideias e produtos estrangeiros deveriam ser as atividades de um “governo esclarecido” que procuraria elevar as artes e a indústria, harmonizadas com a terra, o capital e o crédito público e privado. Para isso, era preciso forte investimento do governo na educação profissional por possibilitar ao artista um aumento do capital moral, intelectual e financeiro.

Entende que essa modalidade de educação deveria ser direcionada para os seguintes segmentos das artes: a) as *artes de ensino* que tinham a finalidade de contribuir para o progresso da indústria; b) as *artes de lavrador* que ensinavam a exportação e a cultura dos campos, a criação de animais e a produção de cereais, materiais têxteis, carne, formando a base par a indústria agrícola; c) as *artes de explorar* as minas, as florestas, a pescas, trazendo o progresso da indústria extrativa; d) as *artes dos transportes* que dão ao produto um novo valor, transferindo de um para outro lugar através da água ou da terra; e) as *artes do comerciante* que vendem onde tem maior preço o objeto que comprou mais barato em outra parte, constituindo a indústria comercial. Para ele, as artes compreendiam “as profissões de advogado, de magistrado, do deputado, de presidentes, de chefes de polícia, de delegados e dos professores de ciências, de literatura, de moral, de sacerdotes, de pintores, de escultores, de músicos, de mestres de equitação, de ginástica, de natação, de dança, etc” (O ARTISTA, 1868, p.1).

Essa “balança do progresso” somente poderia se equilibrar pelo ensino. Mas, Miguel Ferreira lamenta a falta de escolas de artes e ofícios, de escolas agrícolas e de comércio para formar trabalhadores para a demanda latente no mercado. Acreditava que o homem instruído e inteligente meditaria no isolamento, submetendo-se à reflexão e à análise do raciocínio. Nesse isolamento, refletiria longamente antes de “se atirar no vasto mar. Mas adquire força, empurra o barco, faz-se a vela e não procura a cabotagem” (O ARTISTA, 1869, p.2).

Ao se reportar ao ensino das artes e ofícios no Maranhão, elogia a iniciativa do governo provincial de criar a cadeira de *geometria e mecânica*, teórica e prática, na Casa de Fundição da Companhia de Navegação a Vapor. Entretanto, os alunos não a frequentavam por desinteresse para com as artes. Por isso é enfático ao afirmar que a Companhia deveria rejeitar todo aprendiz que não desejasse aperfeiçoar-se, teoricamente, nas artes e nas primeiras letras, não cabendo as alegações dos pais de que os meninos não a frequentavam por falta de roupas, livros e calçados, pois

[...] todo vestuário é digno do homem de bem que deseja habilitar-se para ter um meio de vida honesto. Eu estimarei muito mais o aprendiz que, por falta de meios, for a escola em mangas de camisa com toda a assiduidade do que aquele que for em casaca para os seus passeios, sem frequentar essas mesmas aulas. Um é um moço de futuro, que em algum dia trajara casaca o outro é um moço estragado pela educação que talvez mais tarde tenha que ir aos passeios de manga de camisa. (O ARTISTA, 1869, p.1).

Ao tomar como referência a educação profissional adotada nos Estados Unidos, França e Inglaterra, afirma que a oferta desse ensino fez com que esses países alcançassem amplo desenvolvimento e os artistas conquistassem respeito e melhores padrões sociais. Ao se reportar ao Maranhão, afirma que a ociosidade do povo era a causa da falta de progresso das artes, pois preferiam desfrutar da natureza e da execução de pequenos serviços.

Na perspectiva de executar o seu ideário de educação profissional, Miguel Ferreira assume em 1868 a direção da Casa de Fundição, acreditando que a sua influência política poderia fazer com que os pais e tutores entregassem seus filhos para aprenderem um ofício. A partir de então começa uma campanha para o ingresso de aprendizes “para que um dia [o Maranhão] pudesse prescindir dos mecânicos estrangeiros, cujos jornais são aviltados” para os cofres provinciais (O ARTISTA, 1868, p.1).

Para que esses aprendizes compreendessem a amplitude da profissão, cria duas disciplinas, uma de mecânica aplicada às artes para os alunos mais adiantados no ensino das primeiras letras e outra de instrução primária, ambas frequentadas com assiduidade. Ao revelar as suas dificuldades na administração de um estabelecimento com um grande número de pessoal com pouca educação familiar, falta de condições financeiras e materiais para as aulas e oficinas, reivindica maior atenção do governo e empenho dos mestres de modo a garantir uma educação de qualidade e a execução de trabalho que pudessem oportunizar uma produção satisfatória. Daí o questionamento:

[...] o que quer dizer escola se nela não se aprende a sua moral, que deve fazer do menino um bom e útil cidadão para o futuro; amor ao trabalho e as vantagens que traz tal doutrina é coisa que não se ensina; a religião pura e sem sofisma, acompanhar e ser ensinada pelo professor da instrução primária mas pergunto eu? Existem essas coisas em nossas escolas, de certo que não, e não será tudo isto a base fundamental da sociedade. O professor da instrução pública é a segunda ama de leite das crianças (O ARTISTA, 1869, p.3).

Para Miguel Ferreira o tempo da aprendizagem dos educandos deveria variar conforme os ofícios a que se dedicavam. Para os ofícios de carpinteiro e ferreiro, o tempo era de cinco anos; para modelador, fundidor e maquinista, sete anos; e para caldeireiro a vapor, seis anos. Nos dois primeiros anos de qualquer dos ofícios, os alunos não recebiam remuneração para que o administrador pudesse avaliar a inteligência, comportamento moral, assiduidade e frequência das oficinas.

Era obrigação do aprendiz a frequência às aulas noturnas de instrução primária e mecânica aplicada, sob pena de ser demitido da Casa. Depois disso, “passado os dois primeiros anos, então será lavrado o contrato contando-se para isso o tempo de servirem sem vencimentos sujeitando-se o pai, mãe ou tutor do aprendiz, a uma multa de 130\$000 se antes de acabar o tempo de deixar o estabelecimento, por qualquer motivo, a não ser por doença incurável” (O ARTISTA, 1869, p.2). Além de, nesse período, ter que desenvolver todo o serviço da Casa determinado pelo diretor.

Ao se reportar à Casa dos Educandos Artífices, afirma que desde a criação, em 1841, vinha prestado excelentes contribuições através da educação de meninos pobres e desvalidos. Mas lamenta que esse “germe de civilidade não foi talhada” como deveria ter sido, ao não dar continuidade à cadeira de *geometria mecânica e desenho aplicado às artes* instaladas pelo presidente da Província Olímpio Machado, por ser a mesma o primeiro passo para o progresso. Ao contrário, em seu lugar criaram uma cadeira de escultura quando o “programa imperiosamente reclamava que fosse outra a criação” (O ARTISTA, 1868, p.3).

Diante disso, sugere uma completa reforma, teórico e prática, na educação dos meninos recolhidos nesse estabelecimento com a criação de disciplinas como os cursos de francês, de geometria, de mecânica, de desenho e de construções de máquinas navais. Os saberes de caráter prático estavam relacionados aos ofícios de serralheiros, de ferreiro, de modelador, de caldeiro e de construção naval (CASTRO, 2007).

Por fim, sugere que a Casa dos Educandos Artífices fosse transformada em uma Escola de Artes e Ofícios por acreditar que “esta é a nossa maior necessidade, maior que a limpeza dos rios, maior do que as da comunicação” (O ARTISTA, 1869, p.3).

A reforma deveria começar pelo regulamento de modo a torná-la menos dispendiosa para os cofres provinciais, através da venda das obras feitas na casa, das encomendas de particulares e dos contratos entre a instituição e os aprendizes habilitados, mesmo que não tivessem concluído a sua formação, aquisição de máquinas e um ensino teórico “um estabelecimento desta ordem e bem montado não espera por encomendas: fábrica e armazena, porque vende tudo” (O ARTISTA, 1869, p.2).

A província deixaria, assim, de importar grades de ferro, sapatos, fogões e outros produtos da Europa. É o que acreditava Miguel Ferreira para o progresso do país: a Casa dos Educandos se tornaria útil à província, moralizando a população, habituando-a ao trabalho, ensinando o emprego de novos processos. Por isso manifesta-se contra as idéias expostas nos relatórios dos diretores, nos quais é relatado que a instituição encontra-se em estado satisfatório de funcionamento. Para ele, somente o asseio, a disciplina e a ordem não eram circunstâncias satisfatórias para que a Casa alcançasse a sua finalidade: formar artífices em diversos ramos de trabalho para atender às necessidades da sociedade maranhense.

Por julgar que a Casa dos Educandos Artífices não estava alcançando os objetivos da sua criação, propõe e apresenta em vários números d’*O Artista* a fundação de um estabelecimento para formar educandos industriais, que tinha as mesmas funções da casa dos artífices, mas com a diferença de que o ensino estaria concentrado mais nas disciplinas relacionadas à matemática, física, construção civil; além disso, as oficinas deveriam voltar-se para as artes de confecção de barcos, grades, portas e outros materiais como ferro, telhas e tijolos, dentre outros, que, além de recolher meninos pobres e desvalidos, deveria ser aberta a todos os filhos da província, incluindo negros libertos e índios

[...] considera que para combater a ociosidade decorrente da existência da escravidão, livres e libertos pobres precisavam ser compelidos ao labor diário. Em sua análise, tais pessoas não queriam trabalhar para não serem identificadas como escravos, pois o trabalho manual era considerado “indecoroso” e a prodigalidade da natureza possibilitava a sobrevivência sem grandes esforços. Esses fatores haviam gerado uma situação de ausência de “capital moral”, problema que julgava ser mais grave que a falta de capital financeiro que assolava o país e o Maranhão, em particular. E mais grave porque gerava, em suas palavras, a “frouxidão de caráter” presente em todos os setores da sociedade (FARIA, 2007, p.8).

As idéias sobre educação profissional expressa nas páginas do jornal *O Artista* evidencia o caráter crítico, político e religioso de Miguel Ferreira, o qual entende o trabalho como divino e capaz de modificar o estado de inércia do país e do Maranhão

no século XIX. Para isso, caberia ao governo – Central e Provincial – o investimento financeiro na instalação de escolas de artes e ofícios e na melhoria das existentes, como a Casa dos Educandos Artífices. Mas, entendia que era preciso dotar o artista de capital que facilitasse a compra de maquinários, a confecção e circulação de seus produtos, sendo a criação de um banco industrial para conceder empréstimos a juros baixos uma das alternativas possíveis. De igual modo, as artes deveriam ser vistas pela sociedade e o governo como interdependentes - por isso, a lavoura, o comércio, a navegação e a indústria mereciam o mesmo tratamento e investimento.

As críticas que tece à Casa dos Educandos Artífices, primeira instituição maranhense a formar sistematicamente artífices, eram no sentido de transformá-la “verdadeiramente” em uma instituição de ensino profissional e não apenas um “centro de recolhimento” para crianças pobres e desvalidas.

Por fim, *O Artista* é uma fonte privilegiada para entendermos o pensamento do seu redator, que no século XIX, na Província do Maranhão, constitui-se na principal voz em defesa da educação profissional.

Referências

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *O anjo reificado: sentido do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2005.

O ARTISTA. São Luís: Tipografia da Folha, 1868-1869.

CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. *Memória de leitura de professores e professoras maranhenses no século XX: estudo das primeiras décadas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2007.

CASTRO, Cesar Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices: 1841-1889*. São Luís: EDUFMA, 2007.

FARIA, Regina Helena Matos de. *Um técnico em meio a literatos no Maranhão oitocentista*. In: IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais. São Luís. *Anais...* São Luís, 8-11. Out. 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

NÓVOA, Antonio. *A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português*. In: FARIA FILHO, L. M. de F. (Org.). *Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise. Objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999, p.11-31.

Recebido em setembro de 2010
Aprovado em dezembro de 2010